
TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NO TRIÂNGULO OESTE MARANHENSE

TERRITORY AND TERRITORIALITIES THE MARANHÃO STATE 'S WESTERN TRIANGLE

TERRITORIO Y TERRITORIALIDADES EN EL TRIÁNGULO MARANHENSE OESTE

Antonio Cordeiro Feitosa¹
Joelson Caco Pereira da Graça²
Suelen Cipriano Milhomem Dantas³

RESUMO: Abordagens acerca do território têm despertado a atenção de estudiosos com foco em dimensões apropriadas conforme seus níveis de engajamento. Neste trabalho, apresenta-se uma caracterização do território e as territorialidades nos aspectos históricos, geográficos, socioeconômicos e culturais do extremo oeste do estado do Maranhão, na região do “Bico do Papagaio”. Considerando tratar-se de um estudo teórico, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, que forneceu o arcabouço teórico às experiências prévias dos autores sobre a área estudada. Os resultados demonstraram que o território do extremo oeste do Maranhão possui um histórico de ocupação e evolução territorial fortemente influenciado por agentes externos aos primitivos habitantes e que foram capazes de influenciar, sobremaneira, os aspectos socioculturais por eles praticados. Com objetivo de demarcar o território ocupado pelos principais municípios contíguos da região, propõe-se a toponímia Triângulo Oeste Maranhense, com vistas a caracterizar uma forma de identificar as vertentes geográficas e socioculturais.

Palavras-chave: Território. Territorialidades. Triângulo Oeste Maranhense. Aspectos socioeconômicos e culturais.

ABSTRACT: Approaches about territories have attracted the attention of researchers from different areas of science, with a focus on appropriate dimensions according to their levels of engagement. In this paper, we propose a characterization from the territory and territorialities in the approach of the historical, geographic, socioeconomic, and cultural

1 Docente titular Emérito da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: antonio.cf@ufma.br.

2 Mestrando do Prog. de Pós-Graduação em Geografia/UFMA. E-mail: joelson.caco@discente.ufma.br

3 Mestranda do Prog. de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/UFMA. E-mail: suelen.dantas@ufma.br.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

aspects present in the region known as *Bico do Papagaio*, western Maranhão state. This is a theoretical research that used bibliographic methods, which provided the theoretical framework to the authors' previous experiences in the area. The results showed that this territory has a history of occupation and territorial evolution strongly influenced by agents external to the primitive inhabitants and who were able to lead, in a great way, their socio-cultural aspects. To demarcate the territory occupied by the main contiguous municipalities in the region, we propose the toponymy Triângulo Oeste Maranhense, seeking to characterize a way of identifying the geographical and socio-cultural aspects.

Keywords: Territory. Territorialities. West Triangle of Maranhão. Socio-economics and cultural aspects.

RESUMEN: Los enfoques sobre el territorio han llamado la atención de los académicos con un enfoque en las dimensiones adecuadas de acuerdo con sus niveles de compromiso. En este trabajo, se presenta una caracterización del territorio y territorialidades en el abordaje de los aspectos históricos, geográficos, socioeconómicos y culturales del extremo occidental del estado de Maranhão, en la región "Bico do Papagaio". Considerando que se trata de un estudio teórico, se utilizó el método de investigación bibliográfica, que proporcionó el marco teórico para las experiencias previas de los autores en el área de estudio. Los resultados mostraron que el territorio del extremo occidental de Maranhão tiene una historia de ocupación y evolución territorial fuertemente influenciada por agentes externos a los habitantes primitivos y que fueron capaces de influir, de gran manera, en los aspectos socioculturales que practicaban. Con el fin de demarcar el territorio que ocupan los principales municipios contiguos de la región, se propone la toponimia Triângulo Oeste Maranhense, con el fin de caracterizar los aspectos geográficos y socioculturales.

Palabras clave: Territorio. Territorialidades. Triângulo Oeste de Maranhense. Aspectos socioeconómicos y culturales.

INTRODUÇÃO

No planejamento e execução do ordenamento territorial, bem como na delimitação de diversos arranjos espaciais, os aspectos de relevância são de origem política, econômica, fisiográfica e cultural, que têm como agentes de mobilização o poder estatal, o capital e em alguns casos a sociedade civil organizada, todos agindo sobre o espaço a partir de demandas de escalas local, nacional ou global (FERREIRA, OLIVEIRA, VIEIRA, 2012).

O território brasileiro se erigiu sobre interesses comerciais, principalmente entre Portugal e Espanha, mesmo antes da chegada do navegador português em abril de 1500, quando da instituição do Tratado de Tordesilhas (1494), renegociado pelo Tratado de Madri (1750) com o princípio do *Uti Possidetis* (ESPÓSITO NETO, 2015).

A divisão do território maranhense seguiu o padrão diversificado e, por vezes, belicoso que ocorreu no Brasil. A criação do estado do Maranhão Colonial, desmembrado do Estado do Brasil, deu origem às Capitanias do Maranhão e Grão-Pará, com a sede em São Luís, mais tarde nomeadas Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém. Foi um dos modelos de divisão territorial que privilegiou a preocupação com soberania sobre o território (GADELHA, 2002).

Neste estudo, aborda-se a formação socioespacial, o território e as territorialidades, da região localizada no extremo oeste do estado do Maranhão, conhecida pelo zootopônimo Bico do Papagaio, numa perspectiva histórica de sua conformação, incluindo situações que desconsideraram alguns dos propósitos que caracterizam os arranjos espaciais modernos, tendo como motivação aspectos inerentes aos poderes político e eclesiástico, vigentes na época.

A ocupação da área estudada sofreu influência das frentes de ocupação litorânea e do interior, tratadas por Ferreira, Oliveira, Vieira (2012), com processos de ocupação que, na maioria das vezes, sobrepujaram os interesses dos migrantes sobre os nativos, transformando hábitos e costumes e estabelecendo hierarquias, com a caracterização dos migrantes como dominadores.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados como metodologia o levantamento e análise de publicações nacionais e estrangeiras, que contribuíram para o alcance dos objetivos, relativamente ao objeto investigado, e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trata-se de estudo teórico, de caráter descritivo/analítico, em que se aborda o conteúdo de maneira fundamentada, com articulação vinculada a diversos grupos e movimentos sociais e culturais, a fim de conceber as territorialidades descritas na região estudada. O artigo foi estruturado em itens e subitens, com Território, Territorialidade, Supraterritorialidade, Regionalização, Desterritorialização, Limites e Fronteiras.

Buscou-se evidenciar, através dos aspectos históricos, como o território e as territorialidades se configuram neste espaço geográfico, propondo-se uma nova toponímia para a região: Triângulo Oeste Maranhense, na tentativa de associar o espaço a um reconhecimento quanto a sua importância local e regional, mas mantendo a vinculação identitária ao estado do Maranhão que, de fato, alberga.

O TERRITÓRIO E SUA DEFINIÇÃO

O território teve seu conceito proposto no final do século XIX por Ratzel, geógrafo e geopolítico alemão que tinha como objetivo intentar uma perspectiva voltada à formação dos Estados-nação. Somente nos anos de 1970, com Gottmann (2012 *apud* FUINI, 2017), a definição de território foi conectada entre espaço e política. Decorrido cerca de um século, na década de 1980, o conteúdo vinculou-se à divisão territorial do trabalho, às sociedades territorializadas e aos movimentos sociais, com a promoção de um olhar versátil, voltado ao contexto socioeconômico.

Inicialmente concebido por termos como “espaço”, “meio”, “habitat”, “paisagem” e “lugar”, conforme entendimento de Immanuel Kant, Alexander von Humboldt e Karl Ritter, com Friedrich Ratzel tem-se a mudança de entendimento conceitual e o território passa a ocupar a centralidade no discurso geográfico moderno. No percurso da geografia política ratzeliana, o território é fundamental e como um corpo do Estado, todavia registra-se certa confusão de seu conceito com o solo, seus recursos naturais, e que pode ser passível de domínio, proteção, portando-se como um espaço vital e que figuraria até como a forma de progresso de um povo.

Para Ratzel (1990), o sentido de território englobaria também a superfície terrestre pertencente a um grupo e que lhe confere identidade, aproximando, assim, a ideia de território biológico à de Estado, para fins fortemente ligados à apropriação do solo e de seus recursos naturais.

Por volta dos anos 1970, há o surgimento de posicionamentos contrários a essa concepção de território, uma vez que se passa a configurar o balizamento da compreensão das relações de poder territorializadas e de suas múltiplas territorialidades, com influência marcante das manifestações culturais.

No Brasil, conforme Silveira (2011, p. 06), tem-se uma evolução do conceito de território sustentado em dois basilares:

a) como elemento simbólico da construção do Estado e sua unidade político-administrativa pelo viés autoritário de territorialização para a modernidade e; b) pela consciência da territorialidade como peça fundamental para a conquista da cidadania e construção da nação que perpassa os movimentos sociais e políticos no país.

Após pontuar o conhecimento acerca da definição de território, faz-se necessário o entendimento das diversas obras e coletâneas que passam a fundamentar o tema do território baseado nas territorialidades e seus aspectos contemporâneos.

Territorialidade

O conceito de território aglutinou mudanças, ao longo de seu percurso, devido à crise das metanarrativas e dos discursos tradicionais que motivaram a construção de identidades territoriais mais fluidas, tanto individuais quanto de influência cultural. Isso ocasionou uma ruptura nas ciências humanas por questionar a ideia de progresso e evolução regular e ilimitada do conhecimento científico, como no entendimento de Fuini em que o termo “território” adquiriu novos significados com a influência de movimentos históricos – o positivismo e o marxismo na pós-modernidade, em uma nova perspectiva espacial que ocasionou a superação do espaço morto, fixo e inerte por um mais dinâmico e fluido (CLAVAL, 2014 *apud* FUINI, 2017).

Apesar das críticas a uma definição mais arraigada ao antropocentrismo e como o homem interfere e modifica o seu redor, o que aproxima as abordagens territoriais pós-modernas ou contemporâneas é a ideia de que os sujeitos sociais intervêm, constroem, ressignificam, disputam seus territórios e essa luta é muito mais abrangente que somente no campo jurídico-político ou econômico, mas engloba também o campo cultural, com sua linguagem, discurso e representação em projetos variados de desenvolvimento.

Consoante Fuini (2017), o território, na perspectiva pós-moderna, está em construção, gerando diversos posicionamentos quanto à sua definição. Contudo a similaridade é percebida na abordagem comum de aspectos humanísticos, culturalistas, da vivência no espaço; a reestruturação dos Estados-territoriais, com nova visão, qual seja, a valorização da autonomia e emancipação política, econômica e cultural dos povos e seus movimentos sociais.

Sack (1986 *apud* KAROL, 2009) conceitua territorialidade como: a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Segundo este autor, a delimitação num espaço ou num mapa somente origina um território quando “suas fronteiras são utilizadas para afetar o comportamento social”. Logo, para Sack, territorialidade se relacionaria com a área, comunicação (fronteiras) e controle.

Badie (1995 *apud* Fuini 2017) pontua que, na atualidade, há um quantitativo de relações identitárias, pluralismos, inclusive étnico-culturais, o que reforça o entendimento de que o conceito de território perpassa um processo histórico.

Por final, Paula *et al.* (2017) define a territorialidade como ponto de congruência de

relações de poder, econômicas, políticas e culturais, as interações e as redes delas resultantes, as práticas, a organização política, as técnicas e tecnologias, além das relações de pertencimento e identidade dos indivíduos que convivem num território. As territorialidades cotidianas é que assentam práticas e projetos que contribuem mais, ou menos, para o desenvolvimento territorial, sustentável ambientalmente, inclusivo socialmente e viável economicamente, o que é o desejável.

Bonnemaison (1999 *apud* FUINI, 2017) já possui o entendimento de que territorialidade tem o condão de preservação cultural, um lugar de interação dos homens, sua cultura, seus itinerários, isto é, uma extensão de sua identidade, simbolismos, seja por motivação religiosa, política, seja pelo pertencimento a um grupo social.

Supraterritorialidade

Santos (1999), argumenta que, a partir da globalização fortemente implementada, surge para os Estados, a necessidade de, possivelmente, ter de reestruturar o espaço geográfico, tanto nos aspectos sociais como nos financeiros.

Dallabrida (2017) observa que as dinâmicas são supraterritoriais quando ultrapassam o aspecto socioeconômico, mas também vislumbra se há a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, essa autonomia e poder da sociedade civil de medir, influenciar e até mesmo determinar a agenda, o que é relevante globalmente, promoveu um pluralismo em vez de um identitarismo unitário político. Por isso, vê-se múltiplas identidades, pautadas na solidariedade de classe, fé, gênero e raça.

Outrossim, tem-se repercussões voltadas para uma governança multilateral, uma reconstrução de identidades coletivas, da cidadania, uma progressão de participação democrática, com massiva inserção popular. Assumindo conotação de caráter puramente linguístico, região seria todo e qualquer espaço que detém capacidade territorial.

Regionalização e desterritorialização

No Brasil, país de extensão continental, com território extremamente diverso, foram criadas as regiões para melhor entender os espaços e atender suas demandas. Logo, as regiões seriam as circunscrições administrativas estaduais; cada Estado correspondendo a uma região.

Conforme discriminação estatística federal, foram institucionalizadas as microrregiões, unidades de território que correspondem a mais de dois estados.

Quanto ao conceito de desterritorialização, tem-se em Deleuze e Guattari (2004) o entendimento de que os controles sociais e políticos, contemporaneamente, têm de lidar com a crescente mobilidade de ir e vir dos territórios. Contudo, uma definição mais palpável de desterritorialização é apresentada por PAULA *et al.* (2017), nomeando os espaços “onde os grupos sociais desenvolvem estratégias distintas para produzir, controlar e manter um novo território e novas territorialidades, como fruto da imbricação entre as velhas e as novas territorialidades”.

Os processos de desterritorialização configuram-se como a perda do território tanto em seu aspecto material quanto simbólico, pois é neste recorte do espaço que a natureza e as variadas culturas se intercambiam e são ressignificadas. Contudo, sabe-se que as ideias

contidas nos propósitos da conservação muitas vezes contrastam com as das populações inseridas no interior e entorno desses espaços e acabam resultando em processos de desterritorialização e conflitos, pois são criadas novas entidades territoriais e regras sobre o uso desses locais. Isso ocorre sobretudo nos países periféricos, devido à capacidade limitada da maioria dos governos em impor os regulamentos existentes.

LIMITES E FRONTEIRAS

Cabe destacar que o estabelecimento de limites e fronteiras se constitui além de procedimentos de delimitação de espaço, mesmo nos casos de utilização de sistemas GNSS (Global Navigation Satellite System) e de outras tecnologias avançadas. Para facilitar tal entendimento na delimitação dos territórios, tem-se que considerar a dimensão do imponderável, como, por exemplo, em querelas advindas de fontes incongruentes que podem estar atendendo a anseios de forças hegemônicas, quer sejam interesses privados ou do Estado.

De acordo com Limonad (2004), o território tem a ver com particularidades de dominação, e sua acepção é interpretada nos aspectos jurídico e político, uma vez que tem conotação no sentido de limitar a liberdade de ir e vir, o que pode causar medo e terror. Nesse contexto, ao tratar de território/terra, não é possível afirmar que a análise seja válida com a leitura terra/território, uma vez que os termos e suas acepções não se configuram como sinônimos.

Sobre o território, Fuini (2017) sustenta que para o agronegócio é a terra, portanto, impregnada de uma certa simbologia, já, para os camponeses, a terra é território, mas não somente, pois o sentido de território vai além das delimitações da terra.

Conforme Bonnemaision (1999 *apud* FUINI, 2017) é nesse contexto que surgem as noções de fronteiras, asseverando tratar-se “da história política entre Estados nacionais e do limite de soberania de um poder central e [...] trata do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças”. Muitos conceitos emergiram quando do tratamento de fronteiras, tendo sido adaptados com o tempo, recebendo contribuições de novos autores, sobretudo da Geografia, considerando mais que o espaço físico, principalmente, as relações que as sociedades estabelecem com este espaço.

Em seu estudo, Fuini (2017) destaca as contribuições de Ratzel (1990) que considera a fronteira uma espécie de órgão periférico do Estado, salientando que as cidades são fronteiras, e o traçado geodésico tipo linha, classifica-as em três tipos: Política, que se subdividem em simples, dupla, fechada, descontínua, deficiente e elástica; Naturais, subdivididas em marcos físicos, boas e más (no contexto de proteção e defesa militar); Artificiais, que seriam as demarcadas.

O conceito de território está associado à categoria poder, não somente ao poder no sentido concreto de dominar e impor, mas também ao poder simbólico, associado ao uso de grupos a partir de espaço de vivência.

METODOLOGIA

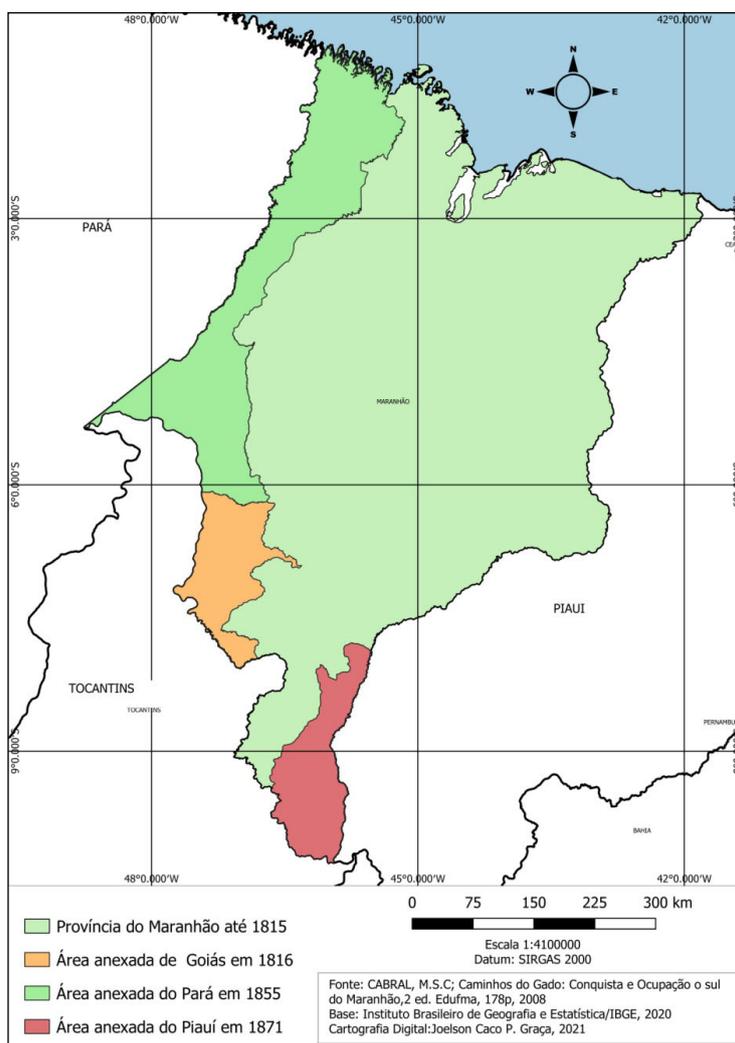
Esta pesquisa foi desenvolvida com orientação da abordagem qualitativa aplicada à análise de referencial bibliográfico a partir de produções acadêmicas e técnicas, com o intuito de contribuir para elucidação dos temas e objeto investigado, levando em consideração também a vertente sociológica-cultural e interdisciplinar necessária; além de coleta de dados em sites específicos atualizados, detentores dos índices.

As experiências pessoais dos autores na Região do Triângulo Oeste Maranhense despertaram o interesse pela pesquisa. Por fim, os dados cartográficos foram adquiridos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e adaptados em ambiente SIG, com uso de software QGis, 3.10.

RESULTADOS e DISCUSSÕES

O histórico evolutivo do extremo oeste maranhense

O Maranhão teve sua origem associada à colonização portuguesa, sendo ocupado por franceses e holandeses e, por duas vezes, recuperado até a consolidação do domínio lusitano, passando por uma série de conformações em seu território até a forma atual, consolidada em meados do século XIX. A alternância de comandos das províncias vizinhas pela Coroa Portuguesa seguiu, de certa forma, a mesma linha de organização do território no início do século XVII, sendo estas as províncias de Goiás, Pará e Piauí (Figura 1).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 1. Evolução do território do Maranhão no século XIX.

Cabral (2008) contribui com esta abordagem ao esclarecer que, através de Resolução Régia de 1816, a margem direita do rio Tocantins foi desanexada de Goiás e passou ao Maranhão; em 9 de julho do mesmo ano, o Auto de Demarcação, fixou como limites entre os estados os rios Manoel Alves Grande e Tocantins. Na época, os limites sem marcos físicos naturais levavam em conta as áreas das freguesias, que tinham posições geográficas hipotéticas. Em meados do século XIX, o Maranhão tinha parte de seu território oeste atual sob o domínio do Pará, como salienta Carvalho (2000, p. 165):

Em 1850 sabia-se que a delimitação Pará/Maranhão, na costa nas proximidades do Oceano Atlântico era pelo riacho Turiaçu que “tem as cabeceiras sumidas na mata, entre o Pindaré e o Gurupi”, circunstâncias desconhecidas naquela época. Da cabeceira do Turiaçu uma linha reta leste – oeste até o Tocantins, era a delimitação fixada no papel.

A falta de um marco físico mais concreto para estabelecimento de limites precisos entre as províncias do Pará e Maranhão foi um dos motivos para o surgimento do principal município da região sudoeste do estado: Imperatriz. Foi fundada inicialmente como Vila de Santa Tereza de Imperatriz pelo Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, em 1852, cumprindo determinação do governador da província do Pará.

Com o problema de limites entre ambos os estados, o Frei buscou uma área alta e com vegetação arbórea, encontrando-a logo acima da foz do rio Tocantins em uma área de “campos falsos”, de transição entre a floresta densa do bioma amazônico e a vegetação mais arbustiva do cerrado.

A Lei nº 639, de 12 de junho 1852, estabeleceu o rio Gurupi como limite entre os estados do Maranhão e Pará, de sua foz até a nascente, e depois uma linha reta leste-oeste traçada até a foz do rio Tocantins (COLEÇÃO LEIS DO IMPÉRIO, 1808-1889). Com esta nova conformação, constatou-se que a vila fundada por frei Manoel pertencia ao Maranhão.

O território conhecido como Alto Parnaíba, antes denominado Vitória do Alto Parnaíba, foi incorporado à Província do Maranhão no ano de 1871 através de lei provincial, por ocasião do desmembramento desta área do município piauiense de Paranaguá e passou a compor o território do município de Loreto no Maranhão (MARQUES, 1970).

As questões territoriais do sudoeste do estado estão associadas às dificuldades de estabelecimento de limites com os estados do Pará, ao predomínio de Goiás (Tocantins atual) e a sua forma de ocupação, sendo esta última desencadeada, em sua maior parte, pela corrente pastoril baiana, conforme destaque de Cabral (2008, p. 78):

O devassamento do Parnaíba foi um trampolim para a penetração pelos amplos campos sul-maranhenses que representavam um convite à expansão pecuária extensiva e itinerante. Bastava ultrapassar o rio e disputá-las com os indígenas, para tê-los nas mãos.

O território da antiga Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins, depois Vila Nova de Imperatriz, mais tarde simplesmente Imperatriz, está distribuído em 15 municípios (IBGE, 2019), conforme os seguintes anos de criação: Açailândia (1981), Buritirana (1994), Cidelândia (1994), Davinópolis (1994), Governador Edson Lobão (1994), Imperatriz (1856), Itinga do Maranhão (1994), João Lisboa, Lajeado Novo (1994), Montes Altos

(1955), Ribamar Fiquene (1994), São Francisco do Brejão (1994), São Pedro da Água Branca (1994), Senador La Rocque (1994) e Vila Nova dos Martírios (1994).

Atualmente, a formação territorial da região reflete muito dos agentes construtores de sua formação socioespacial, que origina de grandes projetos como metalúrgicos e minerais, produção de celulose e agronegócio, que promoveram um novo movimento migratório, haja vista a presença dos “gaúchos”, remodelando as feições do terreno com o monocultivo.

Todos os grandes projetos no território foram planejados e implantados considerando a malha de transporte. Na estrutura rodoviária, destacam-se as rodovias federais BR-010, BR-222 e estaduais MA-125, MA-122, MA-280 (DNIT, 2007). A estrutura ferroviária é composta de duas malhas, sendo estas: Estrada de Ferro Carajás, que atende projetos de mineração, sendo facilitada pela localização geográfica em relação a mina de Carajás no Pará, opera no transporte de cargas e de pessoas, proporcionando mobilidade interestadual e intermunicipal aos usuários; e a Ferrovia Norte-Sul, que atualmente é utilizada somente para transporte de minério de ferro e manganês (PNL, 2018).

A “Rodovia Belém-Brasília” e o impacto no extremo oeste do maranhense

A construção da rodovia, conhecida como BR-014, BR-010, Belém-Brasília, pensada como parte do projeto de “integração nacional”, teve impactos determinantes no processo de construção social e econômica da região localizada no extremo oeste do estado. A obra consubstanciou-se e um marco de “domesticação” da natureza amazônica, que impunha grandes dificuldades logísticas, e exigia conhecimentos operacionais relativos a ambientes de difícil acesso e adaptação.

Para Pádua (2000), o projeto de integrar a região amazônica, capitaneado por Juscelino Kubitschek, era tratado desde os tempos ditatoriais com discursos que se referiam à Amazônia como um lugar a ser “desbravado”. Desde a primeira metade do século, o pensamento integrador estava em voga. Em 1934, o Governo Revolucionário promulgou o Plano Geral de Viação, com a publicação do Decreto nº 24.497/34 que considerava a ligação norte-sul do país a base do traçado da Rodovia Transbrasiliana, conduzindo Belém/PA a Livramento/RS, atravessando o Maranhão, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, num traçado de aproximadamente 6.000 quilômetros.

Conforme Moraes (2002), a implantação de projetos nacionais configura-se em aporte para crescimento (quase sempre desordenado) de espaços marginais, durante e após o processo, trazendo consigo a busca de valorização que cunham territórios como enclaves da modernização capitalista. A região oeste do Maranhão, cujas feições fisiográficas são amazônicas, assim como a maioria das áreas periféricas do estado, eram submetidas a processos de apropriação e transformação, que pouco de dava de forma organizada e planejada.

As operações da construção da rodovia BR-010, em território maranhense, no final da década de 1950, tiveram o município de Imperatriz como ponto de apoio. Na época, os limites territoriais de Imperatriz extrapolavam os atuais, e foi no trecho de obras da rodovia, em área que atualmente pertence ao município de Açailândia, onde ocorreu um dos episódios trágicos associados à construção da rodovia causando forte impacto: a morte do Engenheiro Bernardo Sayão Carvalho da Silva.

No dia 15 de janeiro de 1959, quinze dias antes do encontro das frentes de construção da rodovia oriundas do Norte e do Sul, ocorreu o falecimento de Bernardo Sayão. Intitulado “O bandeirante do século XX”, o boletim da NOVACAP (1959, p. 02) noticia:

Precisamente às 19 horas e 30 minutos do dia 15 pelo corrente mês, na localidade de Açailândia, no Estado do Maranhão, morreu o engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo, vítima dum galho de gigantesca árvore, caído sobre êle, na abertura da rodovia Brasília-Belém, no trecho entre Imperatriz e Guamá. O infausto se deu no local onde, 15 dias depois, a primeiro de fevereiro próximo, encontrar-se-iam as turmas de trabalho do Maranhão e do Pará.

Segundo Valverde (1967), o território do atual município de Açailândia era ocupado por uma “população rural densa e miserável, distribuída em habitat disperso, nucleando-se, vez em quando, em *Strassendörfer* (Vila de casas que ladeia uma rua)” (Figura 2).



Fonte: R. Mazzolla (10/8/1965).

Figura 2. Açailândia: *Strassendörfer* na Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz, 1965.

As turmas de trabalho que formavam as frentes de construção da rodoviária precisavam edificar bases de apoio para operações logísticas, repouso, alimentação e planejamento da obra, sendo a localidade de Açailândia uma das que possuíam destaque.

As frentes de ocupação do estado tiveram sua origem associada a várias regiões do país e por motivos diversos, sendo a região do extremo oeste associada à expansão pecuária e retirantes da seca nordestina, conhecidos como frente pastoril e corrente nordestina (TROVÃO, 2008).

O incremento de ocupação no extremo oeste do estado, ocorrido durante e após a implantação da rodovia, devido à grande quantidade de imigrantes em busca de colocação profissional na obra, deu origem a áreas formadas por grupos culturalmente distintos, que precisavam interagir, emergindo a singularidade local que pluraliza costumes. Neste particular, Valverde (1967, p. 183) assevera:

Antes da abertura da BR-14, essas terras de matas estavam praticamente vazias, pois aos rudes fazendeiros, que aí criavam gado à solta, interessavam apenas as terras de campo; nas matas se faziam apenas pequenas roças de subsistência. A rodovia, dando acesso aos mercados, valorizou as matas. Uma vigorosa corrente de povoamento afluíu rápida para essas áreas, constituída de lavradores pobres

e sem terras, vindos do Sertão do Nordeste, do Maranhão e Piauí. Por seu lado, fazendeiros de Goiás, de Minas e de outros Estados procuraram assegurar-se de grandes áreas nessas ricas terras para estabelecer suas invernadas.

Observa-se que o processo migratório teve o poder de segregar em grupos de muitos comandados, formados por alguns comandantes. Essa relação extrapola o vínculo profissional e influência a cultura promovendo territorialização de uma sobre outra, baseada no poder, com prevalência dos princípios culturais dos que mandam.

A Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio- MDBP

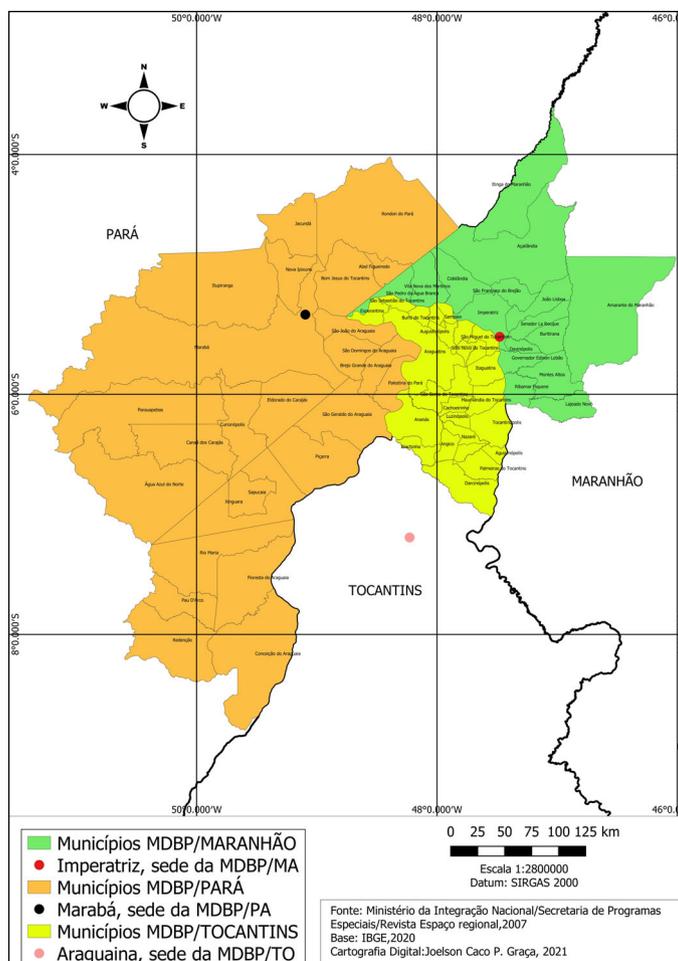
Os interesses de diversos agentes sobre determinados segmentos do espaço provocam intervenções que os recortam e remodelam, e nesse sentido a regionalização possui caráter de investigação (HAESBAERT, 1997).

Santos (1999) salienta que essa individualização (regionalização) é, muitas vezes, ferramenta indispensável para se compreender as generalidades de determinada porção do espaço. Na retaguarda das intenções, estão atores que trabalham em nome do estado, do capital e da sociedade, estabelecendo recortes e regionalizações, que têm por objetivo entender como funciona a dinâmica geográfica de determinado espaço. Vale destacar que o conceito de região se coaduna com uma perspectiva de criação histórica, com estudos e aplicações teórico-metodológicas complexas, enquanto a regionalização se relaciona com aspectos de planejamento econômico e político.

Sob esta lógica, Limonad (2004) assevera que “uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional”. Convém salientar que o modelo de regionalização adotado à época atendia aos propósitos metodológicos do planejamento regional.

Considerando a sentença referida, uma determinada área pode apresentar diversas conformações regionais e, dependendo do interesse de quem regionaliza, a questão é se estas conformações podem exercer influência, negativa ou positiva, no sentido de pertencimento da sociedade que nela se reproduz, e se esse sentido é coerente com as características do espaço, por exemplo, numa perspectiva geográfica.

Conforme Vasconcelos e Antonello (2020), foi nessa perspectiva a proposta de criação das Mesorregiões Diferenciadas em 2003, tendo sua efetiva institucionalização em 2007, por meio do Decreto de Lei nº 6.047 (BRASIL, 2003), da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo objetivo era atenuar e corrigir desigualdades regionais, com a criação das Mesorregiões Diferenciadas (MD) (. A ação visava à organização social dos atores regionais com base nos arranjos produtivos locais (APL), incrementando a geração de emprego e renda. Nesse contexto, foi criada a Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio (MDBP) (Figura 3).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3. Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio.

O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO, conduzido pela Secretaria de Programas Regionais, do Ministério da Integração Nacional, tem por objetivo valorizar ações que têm origem a partir de iniciativas de forças sociais, que se organizam em subespaços e que foram denominadas mesorregiões diferenciadas, em um total de treze: Alto Solimões (AM), Vale do Rio Acre (AC/AM), Bico do Papagaio (MA/PA/TO), Chapada das Mangabeiras (MA/PI/TO), Chapada do Araripe (CE/PE/PI), Xingó (AL/BA/CE/PI), Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (BA/ES/MG), Itabapoana (ES/MG/RJ), Vale do Ribeira/Guaraqueçaba (PR/SP), Águas Emendadas (GO/MG), Grande Fronteira do Mercosul (PR/RS/SC), Metade sul do Rio Grande do Sul (RS) e Seridó (PB/RN). Elas se configurariam como a escala territorial preferencial para implementação de políticas públicas e desenvolvimento regional por parte do governo federal (BRASIL, 2007).

As áreas eleitas como prioritárias para essa proposta precisavam estar em consonância como os indicadores de renda per capita e de variação do produto interno bruto em nível de microrregião, conforme os parâmetros de Região Norte do Brasil. Dessa forma, foram criadas quatro categorias microrregionais, sendo elas: de alta renda, dinâmica, estagnadas e de baixa renda.

Triângulo Oeste Maranhense: uma proposta

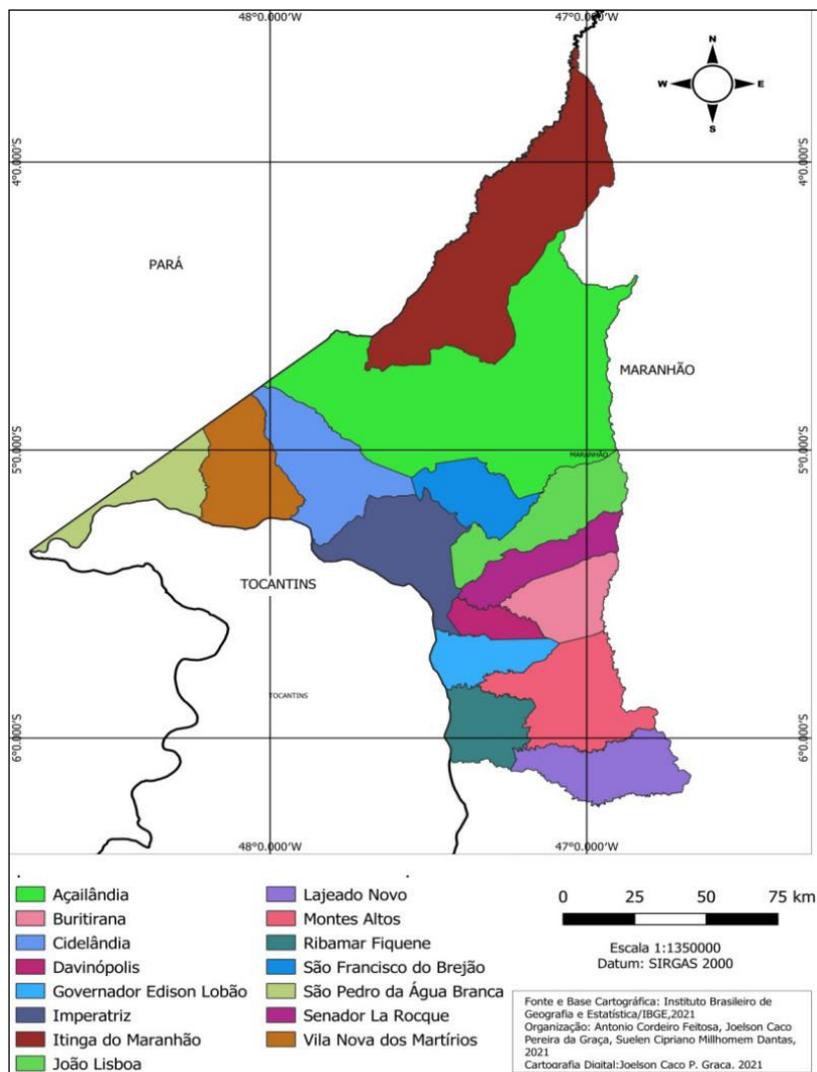
Conforme já abordado em itens anteriores, a perspectiva de Fuini (2017) estabelece que a percepção de vivência, valorizando a cultura, se configura como uma perspectiva pós-moderna e ainda está em construção. Por mais que o espaço seja rotulado, sua situação, potencialidades e manifestações mostram a sua real característica e, por que não dizer, identidade.

As diversas frentes de ocupação do extremo oeste do estado do Maranhão abriram muitas possibilidades aos aspectos multiculturais. Associado a esse fator, com a construção da rodovia 010, abriu-se passagem para que fossem observadas e cobiçadas as potencialidades que os aspectos geográficos inerentes à área, dentre eles o clima, o solo, a vegetação, a hidrografia e a topografia, ofereciam como possibilidade.

Nomeada também como Região Tocantina, com alusão ao rio Tocantins, a referência ao hidrotônimo (ANDRADE, 2006), acaba por confundir quem se interessa por sua localização, situação geográfica e seus limites, além da referência de forma natural ao estado vizinho do Tocantins.

A Região possui perspectiva espacial abrangente, cujos limites não são perceptíveis pelo senso comum e extrapolam qualquer uma das conformações territoriais existentes, fortemente marcada pelo estigma de tragédias (guerrilhas do Araguaia-Tocantins, massacre de Eldorado Carajás, além de outros conflitos registrados na memória de sua população, principalmente). A região, formada por 15 municípios que tiveram origem no desmembramento do território de Imperatriz, possui um formato peculiar de triângulo (Figura 4).

A proximidade com os estados vizinhos, manifestada na semelhança herdada (absorvida) de costumes e hábitos, a falta de ligação maior com a capital do Estado, principalmente devido à distância, falta de infraestrutura viária até meados do século XX e os limites impostos pelo meio físico, são observadas quando os moradores locais precisavam de serviços dos grandes centros, na maioria das vezes, optando por Anápolis, Belém ou Goiânia.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4. Triângulo Oeste Maranhense.

Considerando a configuração territorial da região, bem como seu protagonismo atribuído aos recursos naturais, às características socioeconômicas, à miscigenação cultural e à importância para o estado do Maranhão, propõe-se que seja reconhecida como Triângulo Oeste Maranhense.

Aspectos de territorialidade na região do Triângulo Oeste Maranhense

Apesar dos registros sobre a região estudada remontarem ao Período Colonial, até meados do século XX, seu povoamento denunciava a condição de vazio demográfico em face da baixa densidade demográfica, tendo a maior parte de seus povoados localizados próximos a rios e regiões de atividade mineradora, desenvolvendo atividades marcadas pelo extrativismo.

A primeira iniciativa para integralizar a região da Floresta Amazônica à cena nacional e torná-la economicamente ativa foi implementada a partir do ano de 1938, com a influência do governo de Getúlio Vargas, de cuja política agrária restaram os primeiros

conflitos pela terra, favorecendo, obviamente, aqueles que detinham mais recursos e prestígio político, que se tornaram grandes proprietários.

Tendo em vista a vastidão do território amazônico, o governo não tinha capacidade de gerir todas as entradas e os posseiros. Buscando melhores condições de vida, foram se apropriando de pequenos terrenos. Na atualidade, esta condição ainda é motivo de grandes embates agrários, que possuem como pano de fundo a estrutura fundiária e a condição geográfica favorável, representada pelo clima, hidrografia, solo, vegetação e topografia.

As condições geográficas que caracterizam a região, assim como a própria conformação socioespacial, possui contribuições dos biomas Amazônia e Cerrado, com uma condição climática, base estrutural dando origem a solos com potencial para a produção agrícola, relevo e hidrografia, associados à infraestrutura viária disponibilizada a partir da construção das rodovias BR 010 e BR 222. As ferrovias Carajás e Norte-Sul passaram a atrair grandes empreendimentos industriais, comerciais e do agronegócio, como soja, milho, pecuária bovina, suína, aviária e outros. Os hábitos alimentares expressam a influência dos povos originários indígenas presentes na região (Gamela, Krikati); e de paraenses, goianos e imigrantes de outras regiões do Brasil, incorporando práticas culturais e festividades que resgatavam festas de quadrilhas juninas com bastante gastronomia goiana, e eventos do agronegócio como feiras e exposições agropecuárias marcadas por cavalgadas, vaquejadas e shows de grandes artistas, destacando-se a *Expoimp* no mês de julho, na cidade de Imperatriz.

Tais eventos culminaram com o aumento da circulação de mercadorias; prestação de serviços; estabelecimento de comércio varejista e atacadista das mais variadas transações e produtos; bem como progressão sucessiva de efeitos negativos, crimes por conflitos agrários; violência urbana e doméstica; roubos; furtos; aumento de natalidade; proliferação de doenças; numa região com o mínimo de urbanização, estrutura sanitária e ordem.

Contudo, percebe-se que o ato de regionalização no Triângulo origina um resgate do debate sobre o papel do Estado. Os projetos implantados ou próximos disso são pensados de forma equivocada e permanecem não atendendo as reais necessidades da população, que continua apresentando as mesmas adversidades experimentadas desde o ápice de seu desenvolvimento (1970).

De forma embrionária, há, no Estado do Tocantins, o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), no sentido de implementar na região políticas que visem diminuir as desigualdades e modifiquem a paupérrima condição de renda da população do Bico do Papagaio/Triângulo Oeste Maranhense. Para tanto, uma das estratégias a modificar tal estrutura é entender a região por meio de sua história, à luz da regionalização e relações de ocupação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo abordar a formação do território e as territorialidades da região do extremo oeste maranhense, considerou-se oportuna a proposta de uma denominação mais apropriada à região outrora conhecida como Bico do Papagaio. Para tanto, foi realizada exaustiva pesquisa e análise de referencial teórico, qualitativo, quantitativo cotejados com outros elementos que embasassem tal modificação.

A metodologia consistiu em busca de fundamentação teórica, representações espaciais locais mais atualizadas, tanto cartográficas quanto simbólicas, evidenciando uma nova forma de olhar para a região, por suas territorialidades, mediante a referência

aos contextos socioeconômicos; culturais; de conflitos pela posse da terra; concentração de poder; geração de renda; fatos históricos, substituição e modernização dos meios de produção, dentre outros eventos relevantes.

Por fim, essa pesquisa também tem o condão de atualizar os registros já existentes e sugerir uma nova denominação e maneira de olhar para uma região com grande potencial natural e socioeconômico, fortemente influenciada do ponto de vista social pela diversidade dos seus imigrantes, e que deve ser melhor gerida para que as futuras gerações também possam conhecê-la e dela usufruir de modo mais sustentável.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, K. dos S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**. 2006. 210 p. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2006.
- BRASIL. **Decreto de Lei nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Revista Espaço Regional**, Brasília: SPR, ano 1, n. 1, ed. 2, jul. 2007.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional, **Relatório Anual de Avaliação – PPA - 2000 /2003, Exercício 2002**, Brasília: MIT, 2003.
- CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008.
- CARVALHO, C. **O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.
- DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo: o capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- DNIT. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. **DNIT**, 2007 Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/rs.htm>. Acesso em: 13 maio 2021.
- ESPÓSITO NETO, T. A evolução da questão de limites nas relações entre Brasil e Paraguai de 1822 a 1864: da independência à guerra. *In*: PRADO, H. S. de A.; ESPÓSITO NETO, T. (org.). **Fronteiras e relações internacionais**. Curitiba: Editora Ithala, 2015. v. 1. p. 239-267.
- FERREIRA, W. R.; OLIVEIRA, F. F. de; VIEIRA, A. dos S. V. Constituição e evolução das redes de transportes no Triângulo Mineiro: territórios, territorialidades e influência de atores hegemônicos. **Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**, Ituiutaba, v. 3, n. 2, p. 250-266, jul./dez., 2012.
- FUINI, L. L. Território, territorialidades e suas multiplicidades: um ensaio sobre a transição. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 3; ed. especial, jul. 2017.
- GADELHA, R. M. A. F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 16, n. 45, maio/ago, 2002.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha territorial**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

- LIMONAD, E. Brasil, século XXI, regionalizar para que? Para quem? *In*: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MORIEIRA, R. (org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. Rio de Janeiro, 2004.
- KAROL, E. As noções de territorialidade e supraterritorialidade: fragmentos de um debate. **Vozes em Diálogo** (CEH/UERJ). Rio de Janeiro, n. 4, jul.-dez., 2009.
- MARQUES, C. A. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Seleta e Fon-Fon, 1970.
- MORAES, A. C. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Anna Blume, 2002.
- NOVACAP. **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, v. 3, n. 25, jan. 1959. Disponível em: <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/425>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- PÁDUA, J. A. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v. 6 (suplemento), set. 2000.
- PAULA, A. E. H.; SPOSITO, E. S.; PIRES, E. L. S.; MELLO, M. C. O.; SAQUET, M. A. O conceito de território e suas múltiplas interpretações: geografia brasileira e (pós) modernidade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS (SIET), 1.; SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS (SEET), 9., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2017.
- PNL. Plano Nacional de Logística – 2025. **Relatório executivo 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.epl.gov.br/html/objects/>. Acesso em: 26 maio 2021.
- RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). *In*: MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, p. 4-12, 2011.
- TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.
- VASCONCELOS, L. H. C.; ANTONELLO, I. T. National policy for regional development in southwestern Parana. *Mercator, Fortaleza*, v. 19, oct. 2020. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19025b>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.